

A captação da experiência interseccional na Educação: revisão integrativa sobre estudos qualitativos

The capture of the intersectional experience in Education: an integrative review of qualitative studies

La captación de la experiencia interseccional en la Educación: una revisión integrativa de estudios cualitativos

Carine Valéria Mendes dos Santos¹

<https://orcid.org/0000-0002-1177-6029>

Catarina Kelly Alves Santos²

<https://orcid.org/0009-0005-0733-653X>

Larissa Ribeiro Berta³

<https://orcid.org/0009-0004-8094-071X>

Martha Santos de Lima⁴

<https://orcid.org/0009-0002-0529-5103>

¹ Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas – Brasil. E-mail: carinevmendes@gmail.com.

² Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas – Brasil. E-mail: catarina.santos@ip.ufal.br.

³ Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas – Brasil. E-mail: larissa.bertha@ip.ufal.br.

⁴ Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas – Brasil. E-mail: martha.lima@ip.ufal.br.

Resumo

A interseccionalidade vem se mostrando como ferramenta conceitual e metodológica em estudos que tentam captar as consequências dos sistemas de opressão/subordinação em indivíduos e grupos. Esta pressupõe a importância de compreender os dinamismos entre diferentes marcadores identitários (raça, classe, gênero, sexualidade etc.) nas experiências de opressão, subalternidade e exclusão. Em vista disso, este artigo teve como objetivo investigar estudos qualitativos e empíricos com perspectiva interseccional que analisaram fenômenos equitativos no contexto educacional. A partir de uma revisão integrativa da literatura científica nacional e internacional, buscou-se sobretudo analisar a construção qualitativa da interseccionalidade e os instrumentos metodológicos mais utilizados para a captação da experiência interseccional. Os resultados apontaram aumento na quantidade de publicações relacionadas ao tema na área da Educação, uma ênfase maior na intersecção dos marcadores de raça, classe e gênero, e a prevalência da entrevista como instrumento que construiu um processo de captação por meio dos discursos individuais dos participantes. Logo, foi possível refletir sobre os processos de captação da experiência interseccional por meio de três modalidades: fragmentação, integração e articulação. Espera-se com a análise realizada contribuir tanto para as discussões sobre interseccionalidade e equidade como para o potencial da interseccionalidade em estudos qualitativos.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Equidade. Educação. Estudos qualitativos. Metodologia.



Abstract

Intersectionality has proven to be valuable as a conceptual and methodological tool in studies that attempt to capture the consequences of systems of oppression/subordination on individuals and groups. It emphasizes the importance of understanding the dynamics between different identity markers (race, class, gender, sexuality, etc.) in experiences of oppression, subalternity, and exclusion. Thus, this article aimed to investigate qualitative and empirical studies with an intersectional perspective that analyzed equity-related phenomena in the educational context. Through an integrative review of national and international scientific literature, it sought to analyze the qualitative construction of intersectionality and the most commonly used methodological tools for capturing the intersectional experience. The results indicated an increase in the number of publications related to the topic in the field of Education, a greater emphasis on the intersection of race, class, and gender markers, and the prevalence of interviews as a tool that facilitated the process of capturing experiences through the participants' individual narratives. Therefore, it was possible to reflect on the processes of capturing the intersectional experience through three modalities: fragmentation, integration, and articulation. We expect this analysis to contribute both to discussions on intersectionality and equity and to the potential of intersectionality in qualitative studies.

Keywords: Intersectionality. Equity. Education. Qualitative studies. Methodology.

Resumen

La interseccionalidad se ha demostrado como una herramienta conceptual y metodológica en estudios que intentan captar las consecuencias de los sistemas de opresión/subordinación en individuos y grupos. Esta supone la importancia de comprender los dinámicos entre diferentes marcadores identitarios (raza, clase, género, sexualidad, etc.) en las experiencias de opresión, subalternidad y exclusión. Así, este artículo tuvo como objetivo investigar estudios cualitativos y empíricos con una perspectiva interseccional que analizaron fenómenos equitativos en la educación. A través de una revisión integrativa, nacional y internacional, de la literatura científica, se buscó analizar la construcción cualitativa de la interseccionalidad y las herramientas metodológicas más utilizadas para captar la experiencia interseccional. Los resultados indicaron aumento de publicaciones relacionadas con el tema en la Educación; mayor énfasis en la intersección de los marcadores de raza, clase y género y la prevalencia de las entrevistas como una herramienta que facilitó el proceso de captación de experiencias a través de las narrativas individuales de los participantes. Por lo tanto, fue posible reflexionar los procesos de captación de la experiencia interseccional en tres modalidades: fragmentación, integración y articulación. Con este análisis, se espera contribuir tanto a las discusiones sobre interseccionalidad y equidad, como al potencial de la interseccionalidad en los estudios cualitativos.

Palabras clave: Interseccionalidad. Equidad. Educación. Estudios cualitativos. Metodología.

1 Introdução

O termo “interseccionalidade” surge e se propaga em meados de 1990, majoritariamente no contexto acadêmico, a partir da intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw (Patricia Hill Collins¹; Sirma Bilge, 2021; Carla Akotirene, 2019). De acordo com a autora, a interseccionalidade é uma ferramenta conceitual que busca destacar os efeitos produzidos pelo surgimento de sistemas de subordinação e opressão a partir do entrecruzamento dos variados eixos de poder, a exemplo da raça, etnia, classe e gênero, nos terrenos sociais, econômicos e políticos (Crenshaw, 2002). Em convergência, como citado por Akotirene (2019), tal concepção possibilita-nos enxergar a interação das avenidas identitárias, propiciando o delineamento de uma matriz colonial na qual as estruturas sociais se unem, formando variadas configurações dinâmicas não excludentes entre si e merecedoras de atenção política de maneira equitativa.

Desse modo, faz-se importante ressaltar o contexto histórico presente nesse vocábulo. Na metade do século XIX, o pensamento feminista negro, trazendo consigo a ancestralidade da definição interseccional, estabelece como pioneira a abolicionista, feminista e ex-escravizada Sojourner Truth, a partir de seu discurso “Ain’t I a Woman?” (Fordham University, 2025), no qual denuncia e critica um feminismo direcionado, sobretudo, às mulheres brancas, reivindicando para o movimento uma articulação não apenas de gênero, mas também de raça (Collins; Bilge, 2021; Akotirene, 2019).

Em 1892, o livro “A Voice from the South: by a Black woman of the South” (Cooper, 2021 [1892]), escrito por Anna Julia Cooper e considerado um dos textos centrais do feminismo negro, apresenta uma discussão a respeito das lutas de gênero e de raça, introduzindo pontos da teoria interseccional com enfoque na importância da esfera educacional na formação das mulheres afro-americanas e examinando o trabalho de autores(as) que representam a população afro-americana, como Harriet Beecher e George Washington, por exemplo.

Na sequência, já no século XX, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, iniciam-se de fato as elaborações das ideias centrais a respeito da temática em questão. Nesse período, mulheres negras, chicanas, asiático-americanas e indígenas passaram a se engajar em produções e práticas voltadas aos direitos civis, criando movimentos e organizações políticas próprias para reivindicar e expandir seus ideais ativistas. Apesar do foco nos Estados Unidos, portanto, é

¹ Partindo de uma posição contra-hegemônica e visando promover, principalmente, a visibilidade das mulheres na produção de saberes, a cada primeira menção os autores e autoras serão citados com nomes e sobrenomes ao longo do artigo.

importante considerar que a interseccionalidade construiu suas bases de maneira abrangente, tendo nomes como Glória Anzaldúa e Lélia Gonzalez, representantes do feminismo chicano e brasileiro, respectivamente. Outras figuras, como Frances Beal, com a publicação “Double Jeopardy: to be Black and female” (Beal, 2008), e Toni Cade Bambara, com o livro “The Black Woman: an anthology” (Bambara, 2005), também se tornam referências ao trazerem análises interseccionais entre racismo, sexismo e capitalismo (Claudia Costa; Eliana Ávila, 2005; Akotirene, 2019; Ana Oliveira, 2020; Collins; Bilge, 2021).

Em 1977, dando mais ênfase à dimensão da homofobia e do heterossexismo, é publicado o Manifesto do Coletivo Combahee River, escrito pelas participantes do Combahee River Collective (CRC) – um coletivo criado por mulheres feministas socialistas lésbicas negras em 1974 que visava combater a homofobia dentro da Organização Nacional Feminista Negra (NFBO) – o qual discute acerca da contextualização histórica da própria organização e do feminismo negro do período. Além disso, o coletivo trouxe à tona objetivos e tarefas com as quais as integrantes do grupo estavam comprometidas, a exemplo, em especial, do desenvolvimento de análises e práticas baseadas no fato de que os sistemas de opressão estão interligados, ou seja, interseccionados (River, 2019 [1977]; Kimberly Springer, 2005; Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021).

Estabelecendo uma ponte entre os estudos interseccionais e a área da Educação, ressaltamos a utilização do conceito de Collins e Bilge (2021) sobre interseccionalidade para pensá-la como uma ferramenta analítica capaz de promover uma melhor compreensão da complexidade intrínseca ao entrecruzamento de várias categorias identitárias, permanentemente inter-relacionadas entre si. Concordamos com as autoras ao destacarem a possibilidade de estratégias interseccionais no que diz respeito às intervenções voltadas ao trabalho pela justiça social, o que se coaduna com o interesse de investigar as práticas envolvidas na legitimação e implementação da equidade em âmbito educacional.

Retomamos aqui uma revisão de literatura realizada por Roseane Silva e Jaileila Menezes (2020), na qual as autoras demonstram o crescente interesse pela interseccionalidade em teses e dissertações brasileiras entre 2003 e 2018. Entre as 187 publicações encontradas ao longo deste período, 46 publicações concentram-se na área da Educação e reforçam a importância da interseccionalidade para este campo de conhecimento. Nesse ínterim, nas últimas décadas, a interseccionalidade tem sido usada especialmente como ferramenta de análises teórica e prática da inequidade educacional no que tange os domínios de raça, classe,

gênero e sexualidade (Ludimila Bastos; Carmem Eiterer, 2021; Allan Rodrigues; Luís Borges; Tiago Ribeiro, 2022; Alexia Freitas; Gabriely Grossi; Emerson Melo, 2022; Nilma Gomes, 2023).

Ademais, observa-se uma constante discussão no tocante à percepção das carências estudantis e formulação de estratégias ao acesso, permanência e desempenho acadêmico dos estudantes (Daniela Auad; Ana Luisa Cordeiro, 2018), além de pesquisas que promovem reflexões no que concerne uma educação inclusiva (Sandra Campos; Nanci Bento, 2022; Dave Lawrence, 2021; Rovênia Borges; Almerindo Afonso, 2021; Juliana Borges; Daniela Passos; José Brito, 2021; Vincent Goulart; Henrique Nardi, 2022), equitativa (Adolfo Pizzinato; Aline Hernandez; Conceição Seixas; Frederico Machado, 2020; Raquel Wright-Mair, 2022; Winnie Bueno; José Anjos, 2021; Rosa Vázquez, 2020) e representativa (Rosangela Hilário; Vinicius Santos, 2021).

Também se percebem argumentações acerca da implementação de mudanças nas formas de conduzir o ensino nos ambientes estudantis. Assim, estudos que intentam analisar e criticar projetos políticos-pedagógicos (Delmira Peres; Vanessa Toledo; Rodrigo Santos, 2023; Rodrigues *et al.*, 2022), formular novas maneiras de explorar a educação (Sarah Robert; Min Yu; Fernanda Sauerbronn; Banu Özkazanç-Pan, 2023) e propor novos modelos didáticos que visem mudanças de paradigmas em direção a um ensino que abarque as práticas e teorias interseccionais (Janaína Conceição; Caroline Neves, 2020; Mariana Sousa; Lidia Possas, 2020; Sahmaroni Olinda, 2023; bell hooks, 2017) revelam-se necessários para a efetiva sustentação de uma educação antirracista, antissexista e anticlassista.

No contexto nacional, torna-se cada vez mais explícita a forma como nossa cultura sofre as imposições de um padrão hegemônico branco europeu, visto que, mesmo com a abolição da escravidão em 1888, a população negra ainda sofre com a opressão racial e simbólica (Jémerson Almeida; Silvio Lofego; Alexandre de Castro, 2020), frutos do sistema escravista. Essa dominância pode ser demonstrada, entre outros exemplos, quando observamos a presença recorrente de índices que apontam o baixo desempenho de meninos negros em avaliações nacionais sobre a performance educacional (Mariane Barbosa, 2024). Logo, para a existência de um espaço educacional integrativo, compreende-se tanto a necessidade de a equidade étnico-racial ser efetivamente trabalhada no contexto escolar – respeitando a Lei nº 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura afro-brasileira – como

também a necessidade de combater a reprodução do preconceito e da discriminação racial, normalizados e praticados no ambiente educacional (Leticia Oliveira, 2012).

Sobre este cenário, destacamos que os afrodescendentes brasileiros são maioria em situação de vulnerabilidade socioeconômica, situando as pessoas pretas e pardas nos 70% da população em situação de pobreza e de extrema pobreza (IBGE, 2023). Consequentemente, enraizou-se a dificuldade da permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas escolas, dado que a evasão escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias carentes (IBGE, 2019).

Ao mesmo tempo em que a raça e a classe social perpassam o indivíduo, o gênero também se apresenta como um demarcador do sujeito no processo de aprendizagem. O preconceito de gênero está presente em todos os segmentos de ensino-aprendizado. No ensino básico, nunca ter frequentado a escola ou abandonar os estudos são fenômenos frequentemente associados à responsabilidade feminina com a manutenção da vida doméstica familiar e com o cuidado de terceiros, o que também inclui a gravidez durante a formação escolar (IBGE, 2024). Já no Ensino Superior, o sexismo no campo da ciência e tecnologia no Brasil pode ser visualizado por meio de duas formas de sub-representação das mulheres: a exclusão horizontal, a qual indica o pequeno número de mulheres em algumas áreas de conhecimento, e a exclusão vertical, a qual aponta para o baixo quantitativo de mulheres em cargos de prestígio, inclusive em profissões consideradas femininas (Betina Lima; Maria Braga; Isabel Tavares, 2015).

Dessa forma, os dados supracitados trazem uma dimensão da importância de considerar fatores sociais que compõem o indivíduo dentro do processo educacional. Assim, ao reconhecer a importância desses elementos, fazer um ensino que coloque de lado tais fatores é promover uma educação excludente, visto que, diante da nossa sociedade atual, a propagação do discurso de igualdade não supre as necessidades das diversidades existentes dentro da sala de aula (Almeida *et al.*, 2020). Enquanto a igualdade visa conceder os mesmos direitos sem considerar as diferenças individuais existentes, a equidade está ligada à compreensão de justiça. Logo, quando se incorpora o termo equidade no contexto da educação, logicamente adicionam-se discussões sobre conhecimento e cultura (Marina Meira, 2022), uma vez que é indispensável o reconhecimento da existência da diversidade que compõe a sociedade (Kabengele Munanga, 2022). É de suma importância, portanto, que a interseccionalidade seja reconhecida como uma estratégia para análise da equidade na educação, o que promoveria o reconhecimento das diferenças e especificidades identitárias de indivíduos e grupos.

Segundo Almeida *et al.* (2020), a compreensão de que é necessário reconhecer e considerar os fatores que formam o sujeito no contexto educacional está ganhando mais visibilidade, pois a escola enquanto uma instituição social também produz e reproduz as desigualdades existentes, como por exemplo as raciais e de gênero. Além disso, Cássio Faria (2022) afirma que as escolas devem reconhecer a realidade vigente e promover a construção de uma metodologia alinhada com discussões acerca de gênero e raça, visto que ainda existe uma estrutura unilateral e excludente (Faria, 2022).

Nesse viés, parte-se do pressuposto de que integrar a interseccionalidade à educação pode contribuir para as práticas equitativas, o que por sua vez enfatiza a importância da utilização de uma lente interseccional por parte dos vários atores envolvidos no processo educacional. É possível observar, entretanto, que a construção de práticas que englobem essa perspectiva, especialmente no território brasileiro, ainda se encontra em níveis incipientes, assim como estudos que reúnam essas práticas. As discussões acerca desse tema permanecem em sua maioria teóricas e acadêmicas, causando certo desconhecimento sobre como aplicar o paradigma interseccional nas práticas dos ambientes educacionais.

Em vista do exposto, esse artigo objetiva apresentar, por meio de uma revisão integrativa de literatura nacional e internacional, estudos qualitativos e empíricos que tenham se utilizado de perspectiva interseccional para analisar fenômenos relacionados à equidade no contexto da educação.

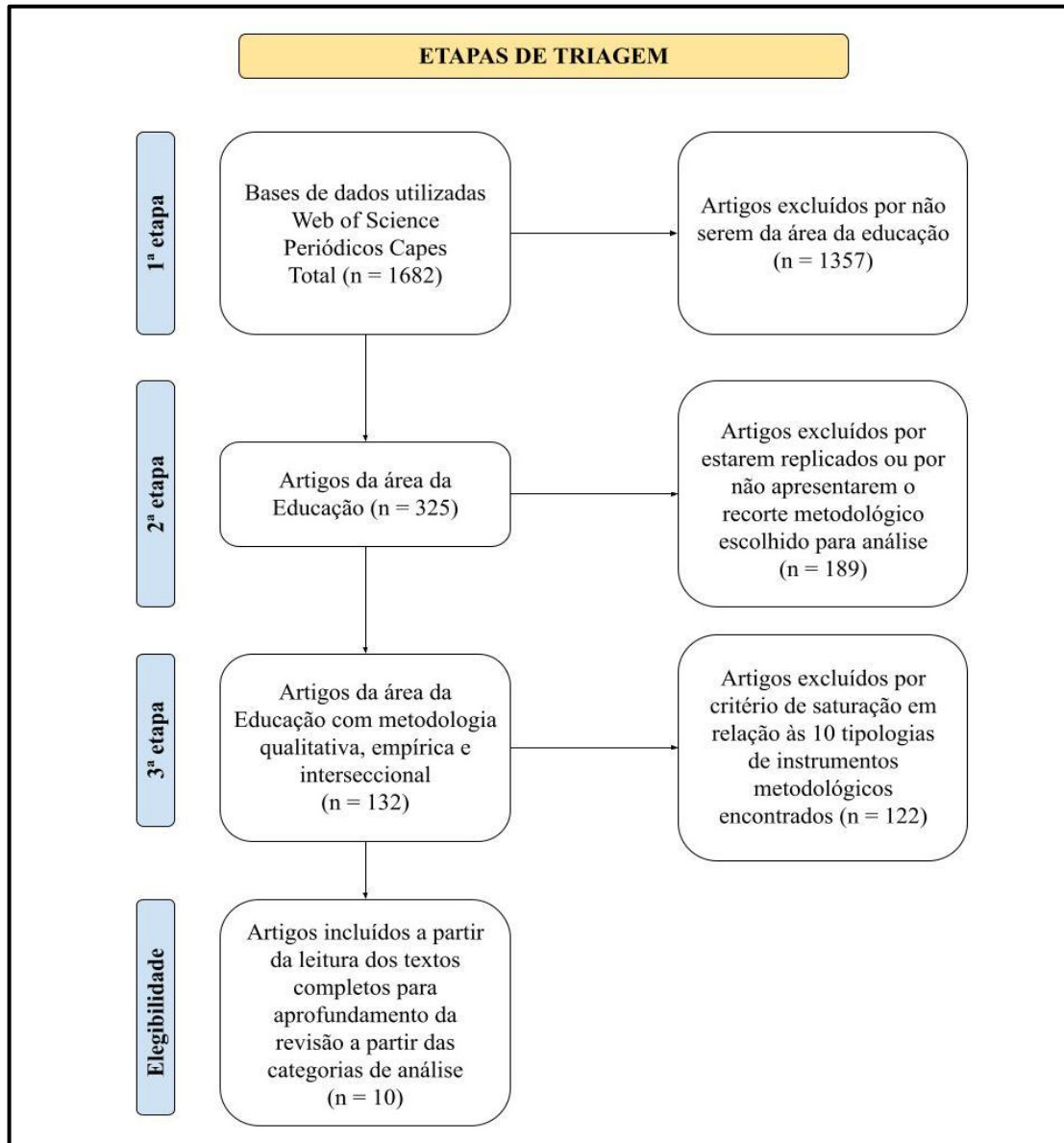
2 Método

Para a realização do presente estudo, foi executada uma revisão integrativa da literatura nacional e internacional. A revisão integrativa busca reunir, analisar e sintetizar, de maneira sistemática e abrangente, estudos sobre um determinado tema, com o objetivo de produzir um panorama geral do conhecimento já produzido. Seu objetivo é proporcionar uma compreensão aprofundada e global do estado atual do conhecimento, identificar lacunas, inconsistências e avanços teóricos ou práticos, e oferecer subsídios para a formulação de novas hipóteses e direções de investigação. Esse tipo de revisão se caracteriza pela flexibilidade metodológica e pela capacidade de integrar evidências diversas, respeitando procedimentos rigorosos de busca, seleção, extração, análise crítica e síntese dos dados, resultando em uma produção científica consistente e fundamentada (Marcela Souza; Michelly Silva; Rachel Carvalho, 2010).

Os procedimentos de filtragem iniciais foram efetuados a partir de alguns elementos de busca introdutória; além disso, os recursos de triagem e refinamento foram definidos e averiguados por quatro pesquisadoras. As bases de dados utilizadas foram o Portal de Periódicos da Capes e a *Web of Science*, bases escolhidas pelo nível de abrangência, qualidade e reconhecimento científico em âmbitos nacional e internacional. Os resultados foram delimitados em um recorte temporal entre 2019 e 2023. Para as buscas no Portal de Periódicos da Capes, houve o emprego dos descritores “Interseccionalidade”, “Educação” e “Estudo qualitativo”. Já na *Web of Science*, foram utilizados os descritores “*Intersectionality*”, “*Education*” e “*Qualitative research*”. Em ambas as bases foram feitos pareamentos entre dois descritores visando o refinamento das buscas. Todas as combinações foram realizadas por meio do operador booleano “AND”. Quanto aos critérios de inclusão e exclusão: os artigos deveriam estar inseridos na área da educação, apresentar uma metodologia qualitativa e empírica, terem sido publicados entre 2019 e 2023 e apresentarem resumos em português, inglês ou espanhol. Quanto aos critérios de exclusão: não foram incluídos livros, capítulos de livros, dissertações, teses ou artigos fora da temática ou publicados fora do período de busca previamente delimitado. Ressaltamos que o destaque à metodologia qualitativa e empírica se deveu, principalmente, à intenção de investigar as diferentes estratégias metodológicas para captar aquilo que foi apresentado como uma experiência interseccional, algo que será problematizado mais a frente em nossa discussão.

Ademais, considerando as duas bases acessadas, foram encontrados 1.682 estudos. Deste total, foi realizada uma primeira triagem, na qual foram separados apenas os artigos na área da educação, levando a um total de 325 artigos mantidos e 1.357 excluídos por serem de outras áreas. Por fim, por meio de uma segunda etapa de triagem, houve a exclusão de estudos replicados e fora do recorte metodológico escolhido, resultando em 189 artigos descartados e 132 incluídos na revisão. Estes foram categorizados em função dos instrumentos metodológicos utilizados nas pesquisas, o que resultou em uma variação de dez tipologias. Considerando os tipos de instrumento, foram utilizados critérios de saturação destes em uma terceira triagem, selecionando-se assim apenas um artigo emblemático de cada uma das dez tipologias para a problematização do objetivo proposto. O fluxograma a seguir apresenta as etapas de triagem e refinamento empreendidas.

Figura 1 – Fluxograma demonstrando as etapas da triagem.



Fonte: Dados da pesquisa.

Ressaltamos, neste íterim, que os resultados apresentarão os dados quantitativos referentes aos 132 artigos na área da Educação que se utilizaram de análises interseccionais em seus recortes de pesquisa qualitativa, enquanto a discussão apresentará um debate crítico em torno dos dez artigos definidos pelos critérios de elegibilidade a serem discutidos em três categorias de análise: (i) a interseccionalidade na educação, (ii) a construção qualitativa da interseccionalidade, e (iii) a captação da experiência interseccional.

3 Resultados

Diante dos dados coletados, observou-se um crescimento expressivo de 300% de 2019 (n = 12) a 2023 (n = 36) na publicação de artigos empíricos utilizando o viés interseccional no contexto da educação, sendo a maior quantidade de estudos publicados em 2022 (n = 37). Não houve alterações significativas no quantitativo de artigos publicados de 2022 a 2023; contudo, em comparação aos anos anteriores, sempre houve um aumento.

Quanto aos segmentos educacionais analisados, ocorreu uma prevalência de estudos voltados ao Ensino Superior (n = 62), abrangendo 46,97% dos artigos, quantidade desproporcional aos demais segmentos, que, em sua maioria, apresentaram um quantitativo irrisório. Os segmentos que mais tiveram destaque além do Ensino Superior foram: a categoria “diversos segmentos”, que tratava da Educação Básica como um todo, do Ensino Infantil ao Ensino Médio, concentrando 15,2% dos artigos; o Ensino Médio (10,6%); o Ensino Infantil (8,3%); e o Ensino Fundamental (6,1%). Segmentos mais específicos foram encontrados em uma pequena quantidade, como, por exemplo, o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio (3,03%), o Ensino de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) (1,51%) e a Educação Quilombola (0,76%), ou não foram encontrados, como a Educação Indígena, o Ensino Técnico desvinculado do Ensino Médio e a modalidade de Educação à Distância (EAD).

Esses resultados em relação aos segmentos educacionais propiciam uma discussão acerca da desproporcionalidade quantitativa entre o Ensino Superior e os segmentos restantes, podendo-se inferir algumas hipóteses do porquê isso acontece. Primeiramente, podemos ressaltar a possibilidade de o conceito da interseccionalidade ser muito mais difundido e debatido no meio acadêmico do Ensino Superior do que em outros segmentos; e/ou, considerando que o instrumento mais utilizado nos artigos foi a entrevista, percebe-se uma ênfase recorrente à captação dos discursos para a produção de análises, o que pode ser adequado e suficiente na interação com indivíduos capazes de se expressar de forma objetiva, coerente e crítica, mas pode trazer limitações para participantes com capacidades de posicionamento objetivo e crítico restritas ou ainda em desenvolvimento.

Quanto à localidade dos estudos, assim como mostra a tabela a seguir, destacou-se em quantidade as pesquisas realizadas na América, sobretudo nos Estados Unidos e no Brasil.

Tabela 1 – Localidade dos artigos encontrados.

Continente	País	Quantidade	Quantidade Total	%
América	Brasil	37	98	74,25
	Canadá	6		
	Chile	2		
	Estados Unidos	53		
África	África do Sul	5	5	3,79
Ásia	Emirados Árabes Unidos	1	13	9,85
	Índia	4		
	Israel	1		
	Taiwan	2		
Europa	Alemanha	1	7	5,30
	Espanha	1		
	Irlanda	1		
	Portugal	1		
	Reino Unido	3		
	Turquia	1		
Oceania	Austrália	3	3	2,27
Pesquisa multicêntrica			6	4,55
TOTAL			132	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Como mostra a Tabela 2, em se tratando do Brasil, a prevalência de estudos está na região Sudeste, principalmente no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, onde estão localizados os maiores centros de pesquisa e produção acadêmica do país.

Tabela 2 – Localidade dos artigos brasileiros encontrados.

Regiões	Estado	Quantidade	Quantidade Total	%
Centro-oeste	Distrito Federal	3	3	8,11
Nordeste	Bahia	5	8	21,62
	Ceará	2		
	Pernambuco	1		
Norte	Rondônia	2	2	5,40
Sudeste	Minas Gerais	3	16	43,24
	Rio de Janeiro	6		
	São Paulo	7		
Sul	Paraná	1	6	16,22
	Rio Grande do Sul	5		
Pesquisa multicêntrica		4	2	5,40
TOTAL			37	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, analisando-se os resultados em se tratando dos instrumentos utilizados nas pesquisas empíricas, assim como demonstra a Tabela 3, destacaram-se as entrevistas e o uso concomitante de diversos instrumentos – categoria que englobou estudos utilizando mais de um instrumento em combinações quanti e quali ou com o uso de mais de um instrumento qualitativo.

Tabela 3 – Instrumentos utilizados nos artigos encontrados.

Instrumento	Quantidade	%
Narrativas	6	4,54
Diversos instrumentos	41	31,06
Entrevistas	61	46,21
Produção de material escrito	4	3,03
Grupos de discussão	1	0,75
Grupos focais	4	3,03
Observação	5	3,78
Oficinas	5	3,78
Questionários	4	3,03
Sessões de leitura	1	0,75
TOTAL	132	100

Fonte: Dados da pesquisa.

É nítida a prevalência das entrevistas entre os mais diversos instrumentos metodológicos encontrados, mas também é perceptível as metodologias para captação dos fenômenos a partir dos grupos, tais como grupos de discussão, grupos focais, oficinas e sessões de leitura. Percebe-se assim que a ênfase maior dos artigos inseridos no tema é na captação do discurso, seja de forma individual ou coletiva. Como mencionado anteriormente, porém, talvez a priorização desses tipos de instrumentos traga dificuldades de captação para algumas faixas etárias e demonstra a necessidade de pensar em abordagens metodológicas que abranjam populações amostrais para além do Ensino Superior. Embora a estratégia da observação tenha sido utilizada de forma majoritária com crianças, o que nos parece uma tentativa de ampliar as possibilidades de captação para além do uso recorrente das entrevistas, também é possível levantar a ressalva de que esse instrumento pode não ser o mais adequado, tendo em vista que a captação da experiência infantil poderia se dar a partir do viés do pesquisador, ou seja, o adulto produzindo

subjetividade na e pela criança, o que não necessariamente condiz com a experiência genuinamente vivenciada. A seguir, realizaremos um aprofundamento sobre as questões conceituais e identitárias que deram suporte às análises interseccionais encontradas e destacaremos o potencial dos instrumentos metodológicos para a captação da experiência interseccional.

4 Discussão

4.1 A interseccionalidade na Educação

No material reunido pelos critérios de elegibilidade, foi perceptível a intersecção entre diversos marcadores identitários no que concerne ao debate acerca das variadas dimensões educacionais, sendo essas: EJAI (Bastos; Eiterer, 2021; Vilma Lemos; Priscila Perazzo; Rebeca Oliveira, 2022), Ensino Superior (Rita Freitas; Monique Carvalho; Rafaella Gonçalves, 2020; Merle Webel; Simon Gerhards, 2023), Médio (Éllen Cintra; Wivian Weller, 2021; Camila Lara; Gabrielen Abreu, 2022), Fundamental (Lemos *et al.*, 2022) e Infantil (Marcos Freitas; Larissa Santos, 2021; Simone Pereira; Iracema Nascimento, 2020; Sueli Salva; Litiéli Schutz; Renan Mattos, 2021), além do ensino voltado aos jovens infratores (Ana Peixoto, 2023).

É interessante notar a prevalência dos marcadores de raça, classe e gênero interseccionados entre si e/ou acrescidos de outros marcadores em busca de análises complexas e aprofundadas das dinâmicas inter-relacionais estabelecidas (Peixoto, 2023; Lemos *et al.*, 2022; Salva *et al.*, 2021; Freitas; Santos, 2021; Lara; Abreu, 2022; Cintra; Weller, 2021; Webel; Gerhards, 2023; Bastos; Eiterer, 2021). Tal constatação demonstra a existência de uma educação ainda transpassada direta e indiretamente por fatores racistas, sexistas e classistas, o que reverbera na urgência de mudanças em sentidos éticos e políticos.

Como via de transformação, a implementação da equidade educacional se mostra imprescindível, possibilitando compreender os aspectos que estão no cerne da subjetividade dos sujeitos estudantes, no sentido de um si mesmo que se manifesta em especificidades e vicissitudes únicas em determinada relação contextual. Ao mesmo tempo, introduzir práticas equitativas na educação propicia maneiras de subverter a lógica dos mecanismos que, estruturalmente, deslegitimam e impedem que algumas vivências estudantis transcorram de forma digna e inclusiva. Desse modo, a promoção da equidade educacional reitera a

importância da interseccionalidade para localizar e problematizar a presença ativa e recorrente de manifestações de preconceitos e discriminações no âmbito educacional na atualidade.

Embora a maior parte dos estudos interseccionais destaquem os diferentes vieses de opressão, exclusão e subalternidade aos quais os sujeitos e grupos estão submetidos em diferentes contextos educacionais, é relevante observar a necessidade de estudos que também destaquem as posições interseccionais de resistência e demonstrem uma perspectiva de empoderamento na intersecção dos marcadores identitários, o que na educação pode promover ressignificações de cânones pré-estabelecidos, algo explicitado na pesquisa realizada por Pereira e Nascimento (2020). Neste estudo, debateu-se sobre sessões de leitura de narrativas infantis que posicionam o corpo negro e a descendência africana de modo a constituir positivamente a subjetividade da criança negra no processo de escolarização (Pereira; Nascimento, 2021).

Seguindo este argumento, a intersecção entre raça e classe social foi destacada a partir da investigação de como estudantes negros(as) e pobres enfrentam obstáculos no processo educacional, desde o ingresso até a permanência, o que leva, muitas vezes, ao abandono ou evasão. Tal situação tende a piorar quando também são interseccionados marcadores como o das deficiências ou quando cumprem medidas socioeducativas (Peixoto, 2023; Freitas; Santos, 2021).

Nos artigos referidos, foi mencionado que esses(as) alunos(as) frequentemente encaram cenários simbolicamente violentos, violências essas muitas vezes mascaradas por falsos discursos de inclusão, ou seja, há a descaracterização da noção de educação inclusiva e equitativa (Freitas; Santos, 2021). A falta de representatividade presente nos materiais didáticos e nas aulas ministradas também é citada e pode ser enxergada como um processo de violência, tendo em vista que os marcadores identitários carentes de representação social acabam caindo em um processo de invisibilidade, negação e exclusão, afetando a existência educacional dos indivíduos constituídos por essas dimensões identitárias (Peixoto, 2023; Pereira; Nascimento, 2020). Ao trazer a equidade como pauta central, os estudos demonstram a possibilidade da reversão desses cenários, ressignificando corpos que carregam subjetividades e potenciais dignos de serem exibidos, e não reprimidos tal qual as opressões sociais exigem.

A falta de diversidade racial na escola foi citada como fator para as hostilidades vivenciadas pelos estudantes (Lemos *et al.*, 2022), situações acobertadas ou endossadas pelos

próprios professores e gestores que, partindo de uma visão autoritária e arbitrária, estariam no topo da hierarquia do sistema (Lemos *et al.*, 2022; Freitas; Santos, 2021; Salva *et al.*, 2021; Cintra; Weller, 2021; Freitas *et al.*, 2020), tornando a escola um ambiente silenciador e reproduzidor das estruturas de exclusão (Cintra; Weller, 2021).

No que diz respeito à intersecção entre gênero e deficiência em crianças, foi citado que a comunidade escolar perpetua processos de preconceito ao tentar classificar as deficiências dos(as) alunos(as) em função do gênero. Nesse sentido, a deficiência reforça uma “fragilidade” tipicamente associada ao feminino e, em contrapartida, destoa de características como força, virilidade e resistência física, associadas ao masculino (Freitas; Santos, 2021). É importante refletir sobre a necessidade de revisão de posições estereotipadas pelos próprios profissionais da educação, sendo relevante a implementação de ações como as formações continuadas de modo a quebrar o ciclo de perpetuação de violências e imposições normativas.

Em relação à EJAI, a predominância é de mulheres negras e pobres que abdicaram dos estudos muito cedo para ajudar no sustento da família trabalhando como empregadas domésticas, se submetendo a jornadas de trabalho extensas e exaustivas. Assim, esse público encontra barreiras no processo de permanência escolar e, por isso, o ambiente educacional não pode se furtar a discutir e combater tais obstáculos (Bastos; Eiterer, 2021; Lemos *et al.*, 2022). Evidencia-se a contradição em parar de estudar para trabalhar e vice-versa. Em continuidade, negligenciar essa discussão significa, para muitas dessas identidades femininas, negras e carentes, a perda da oportunidade de mudança de vida, na qual acessos são interrompidos ou perdidos em vista do processo de inserção no mercado de trabalho (Lemos *et al.*, 2022). Desse modo, para que a educação desse público seja de fato equitativa, é preciso uma transformação nas estruturas sociais essencialmente capitalistas e neoliberais, além do entendimento – a partir da intersecção entre marcadores como classe social, raça e gênero – de como estas macro configurações provocam efeitos nas identidades dos sujeitos em questão.

Webel e Gerhards (2023) questionam se as estruturas sociais realmente seriam provocadoras de disparidades entre os marcadores identitários, explorando a conscientização, por parte de estudantes de Medicina da Alemanha, acerca do racismo estrutural, sua intersecção com outras formas de discriminação na educação médica e as reverberações desses posicionamentos na área da saúde. A educação dos(as) profissionais da saúde para fins equitativos também se mostra de grande relevância, tendo em vista que o contato com seres

humanos, imbricados de questões específicas, necessita de práticas que ecoem inclusão e pertencimento, devendo ser difundido no processo formativo do(a) profissional.

Diante do exposto, entende-se que utilizar a interseccionalidade na educação como ferramenta não somente teórico-metodológica, mas também prática, propicia um processo de captação das interações opressoras entre relações de poder e categorias como classe, deficiência, religião, gênero e raça em diferentes contextos, o que pode incluir microações individuais, ações coletivas e arranjos culturais/institucionais. Por outra via, essa ferramenta também pode promover uma ressignificação de marcadores identitários marginalizados, assimilando diálogos positivos entre estes e os indivíduos que são por eles permeados.

A partir desse uso, pode-se refletir e atuar na desconstrução de mecanismos hegemônicos, coloniais e eurocêtricos e no combate à reprodução de desigualdades estruturais nos contextos educativos por meio da reestruturação de materiais didáticos, da mudança na forma de ofertar as aulas por parte dos docentes, na viabilização de discussões que produzam ponderações e condutas a respeito dos marcadores identitários e na constituição de políticas de acesso e permanência educacional que se originem de um ponto de vista interseccional e, intrinsecamente, equitativo (Bastos; Eiterer, 2021; Freitas *et al.*, 2020; Webel; Gerhards, 2023; Cintra; Weller, 2021; Lara; Abreu, 2022; Lemos *et al.*, 2022; Freitas; Santos, 2021; Pereira; Nascimento, 2020; Salva *et al.*, 2021; Peixoto, 2023).

4.2 A construção qualitativa da interseccionalidade

Esta categoria analítica busca apresentar e desenvolver uma discussão acerca dos diversos instrumentos utilizados pelos estudos encontrados e a maneira como cada instrumento potencializou a captação da experiência interseccional. Nesse contexto, dos dez artigos selecionados, todos apresentavam uma metodologia qualitativa (Peixoto, 2023; Bastos; Eiterer, 2021; Lemos *et al.*, 2022; Salva *et al.*, 2021; Freitas; Santos, 2021; Lara; Abreu, 2022; Cintra; Weller, 2021; Webel; Gerhards, 2023; Freitas *et al.*, 2020; Pereira; Nascimento, 2020), entretanto, dois dos estudos se definiram também a partir da metodologia quantitativa (Freitas *et al.*, 2020; Peixoto, 2023), configurando-se como pesquisa quanti-quali.

Entre as dez tipologias de instrumentos referidas, foi possível observar a presença de triangulação de instrumentos, ou seja, o uso de mais de um instrumento para a realização da pesquisa, a exemplo do artigo de Freitas e Santos (2021), que se utilizou de observação

etnográfica voltada para crianças com algum tipo de enfermidade ou deficiência e de entrevistas não estruturadas com os adultos responsáveis, familiares ou pessoas do contexto educacional. Os autores aplicaram esses instrumentos durante quatro anos em dois grupos de crianças e seus respectivos responsáveis: o primeiro grupo era de crianças negras, cronicamente enfermas, matriculadas em escolas públicas e que mantinham uma rotina ambulatorial diária; e o segundo, de crianças negras, deficientes, matriculadas em escola pública de um bairro periférico.

Seguindo a lógica de combinação de instrumentos, temos um destaque ao registro de interações diversas, hábitos, comportamentos e inter-relações de modo geral a partir da observação etnográfica, o que também inclui a consideração das percepções e interações do próprio pesquisador em relação ao contexto investigado. Além disso, houve o acréscimo dos relatos não estruturados realizados pelos adultos. Vê-se, desse modo, potenciais quanto a captar relatos espontâneos dos sujeitos entrevistados, trazendo perspectivas que poderiam não ser acessadas ao utilizar entrevistas com roteiros pré-estabelecidos.

O uso de observação com o público infantil apareceu de forma recorrente, o que levanta questões relacionadas a saber o instrumento mais adequado para a construção dos dados sobre interseccionalidade em pesquisas com crianças e considerações sobre possíveis dificuldades na aplicação de entrevistas semiestruturadas ou estruturadas com essa população. De maneira geral, é necessário problematizar a captação interseccional indireta da experiência infantil – no que diz respeito à não apreensão da percepção da própria criança acerca da integralidade de suas vivências – como nos estudos em que o adulto pesquisador e/ou os responsáveis são as pessoas que, exclusiva ou predominantemente, produzem informações sobre esta experiência.

Com o uso da observação participante, Salva *et al.* (2021) registraram as concepções de gênero expressas pelas crianças e entenderam como os adultos, professores e gestores poderiam praticar o “racismo cotidiano” de maneira não intencional. Adotando princípios da etnografia ao descrever densamente as interações e brincadeiras das crianças e interpretando essas atividades em ambientes educativos, os autores problematizaram a centralidade de investigar a infância a partir de seus principais representantes, destacando o protagonismo infantil na produção de narrativas.

Corroborando esta autonomia e protagonismo na produção científica e interseccional sobre crianças, Pereira e Nascimento (2020), por intermédio de sessões de leitura quinzenais em uma escola municipal de São Paulo, criaram uma proposta de estudo interventivo na qual havia um incentivo para que as crianças escolhessem de forma autônoma as histórias que

quisessem ouvir, podendo inclusive escolher as mesmas histórias de modo irrestrito. Dessa forma, a partir de uma literatura que destacava personagens negras, as crianças puderam ouvir, individual ou coletivamente, narrativas que remetiam a uma lógica decolonial e traziam como pressuposto a possibilidade de transformação e aceitação identitária da subjetividade concernente à negritude, algo que buscou impactar as crianças, de várias raças, participantes do estudo.

Em Lemos *et al.* (2022), as narrativas orais e histórias de vida foram as ferramentas principais para a coleta de dados inseridas no contexto da escolarização e da inserção no mercado de trabalho. Desenvolvido no contexto da EJAI, este estudo ressaltou depoimentos de mulheres negras próximas aos 60 anos que exerceram algum tipo de função trabalhista no ABC Paulista por volta da década de 1960, registrando suas experiências de vida. A produção dos depoimentos dessas mulheres revelou opressões sofridas em vida que se refletem em suas trajetórias educacionais e mobilizam problematizações sobre o que é necessário fazer para que a promoção da equidade seja garantida nesse contexto.

As narrativas de história de vida que destacam a oralidade foram compreendidas como recursos potencialmente enriquecedores para a construção identitária das participantes, que puderam revisitar e ressignificar, a partir de seus relatos, perspectivas temporais que as situaram em possibilidades identitárias em aberto. A retomada dos processos educacionais interrompidos, nesse sentido, atualizou e diversificou oportunidades de autonomia e empoderamento. Também situada no contexto de EJAI, a pesquisa empreendida por Bastos e Eiterer (2021) buscou estabelecer alguns contrapontos entre a vida de trabalhadoras domésticas e a educação neste segmento em particular. Aqui o destaque maior foi ao lugar político da EJAI no combate à discriminação e à marginalização de mulheres negras e domésticas matriculadas no Ensino Fundamental. Para captação da experiência interseccional, o estudo utilizou entrevistas semiestruturadas.

Embora os estudos de Lemos *et al.* (2022) e Bastos e Eiterer (2021) tenham como segmento a EJAI e utilizaram instrumentos que enfatizavam a produção discursiva das participantes, mulheres negras e pobres, cada estudo buscou apreender e produzir informações relevantes por meio de instrumentos específicos: as narrativas orais de história de vida e as entrevistas semiestruturadas. É importante ponderar aqui sobre as diferentes nuances relativas ao material produzido, pois ainda que os temas dialoguem em semelhanças e

complementaridades, a maneira como os pesquisadores decidiram acessar e escutar estas mulheres levanta algumas questões para debate.

Percebe-se que, no que diz respeito à escuta dos relatos individuais, um estudo priorizou as falas espontâneas, não estruturadas, e a narrativa temporal em torno da construção identitária; enquanto outro sistematizou questões divididas em blocos temáticos previamente definidos (“Mulheres, trabalhadoras no Brasil” e “Raça e herança da escravidão”), que nortearam aquilo que deveria ser buscado no discurso das participantes. Ao destacar estes contrapontos não estamos tentando estabelecer critérios de hierarquização ou de valoração entre instrumentos, todavia, não podemos deixar de pontuar que estas diferenças apresentam potenciais de captação interseccional diversos e evidenciam algumas dicotomias, como: naturalidade x artificialidade, participante como objeto x participante como sujeito, pesquisador implicado x pesquisador distanciado. Em vista do exposto, podemos nos questionar sobre os diferentes pontos de partida e as formas variadas de se pensar e produzir ciência, o que também inclui refletir sobre a experiência interseccional de quem pesquisa e as hierarquias entre saberes implícitas na utilização de instrumentos que podem estar atuando na manutenção das relações de poder.

Complementando a discussão, mencionamos também o artigo de Freitas *et al.* (2020), que elaboraram um questionário de 40 perguntas, aplicado de forma online e direcionado a todos os sujeitos sociais que compunham a Universidade Federal Fluminense (UFF), o qual foi respondido majoritariamente pelos estudantes de graduação, investigando as experiências das pessoas no ambiente universitário em relação às violências de gênero. Como podemos observar, na aplicação deste tipo de instrumento não há um contato direto entre pesquisador e participantes, além dos questionários terem sido configurados com perguntas também pré-definidas, algo que direciona e restringe as informações produzidas acerca do fenômeno interseccional investigado e traz especificidades ao tipo de análise empreendida. Considerando que 742 pessoas responderam ao questionário, a relevância do estudo quanti-quali é justamente a complementação entre dados quantitativos, com uma amostra significativa, acrescidos de uma discussão qualitativa que pode promover aprofundamento sobre o tema proposto.

Um outro tipo de instrumento foi evidenciado no estudo de Peixoto (2023) a partir de um relato de experiência pedagógica decolonial em unidades para reabilitação socioeducativa de meninos e meninas infratores. Este estudo consistiu na apresentação de alguns autores decoloniais para os jovens e, em seguida, foi lançada a proposta de que eles produzissem seus próprios escritos, expressando suas verdades para o mundo e demonstrando que eles eram de

fato capazes e relevantes, ao contrário do que revelavam sentir antes da atividade. Após a execução da proposta, os jovens conseguiram se desvincular da noção de que nunca conseguiriam ter alguma relevância devido aos seus contextos de vida e seus marcadores identitários, potencializando suas capacidades que antes estavam reprimidas por uma conformidade de que não eram bons o suficiente. O instrumento, portanto, se mostrou bastante eficaz em revelar esses potenciais escondidos, além de investigar as experiências desses jovens por meio da produção artística. É possível observar nesta pesquisa um destaque à interseccionalidade como estratégia de empoderamento, pois o autoconhecimento mobilizado pelo instrumento aplicado intensificou percepções positivas sobre si mesmos sem associar os marcadores identitários às experiências necessariamente opressoras.

No estudo de Webel e Gerhards (2023), com discentes de Medicina da Alemanha, os grupos focais foram a ferramenta utilizada para apreender a experiência coletiva, no contexto de formação na área de saúde, em relação aos debates de raça, gênero, classe, sexualidade e outros. Esse instrumento demonstrou potencial para a análise de visões de mundo de grupos sociais e ressaltou as dinâmicas discursivas que se produziram na interação coletiva e, por conseguinte, puderam propiciar a emergência de conteúdos que talvez não aparecessem na captação individual. Ademais, podemos também ressaltar o caráter interventivo do instrumento, no sentido de produzir repercussões reflexivas para além do momento de coleta, bem como o enriquecimento na produção de dados sobre a equidade educacional em função dos dinamismos identitários e interseccionais manifestados pelo grupo participante.

Em Lara e Abreu (2022), foram realizadas oficinas com estudantes pardas e negras do Ensino Médio Técnico Profissionalizante, o que convergiu com o artigo anteriormente citado no sentido de promoção de reflexões sobre questões de raça, classe e gênero e como esses fatores atravessavam a vida das pessoas, além do incentivo ao compartilhamento de vivências pessoais de como suas identidades afetam suas oportunidades e experiências de vida. Cintra e Weller (2021) se apropriaram de grupos de discussão com estudantes negras do Ensino Médio público e privado, fazendo perguntas que objetivavam conhecer as experiências dessas meninas, tendo como complementação a descrição das marcas discursivas acessórias às falas, como risadas, momentos de pausa, ênfases, tom de voz etc.

Os três últimos estudos referenciados destacam a utilização de instrumentos voltados à captação da interseccionalidade a partir da produção grupal (grupos focais, oficinas e grupos de discussões), o que implica a ênfase naquilo que se produz nos encontros entre identidades que

apresentam pertencimentos comuns e destoantes, de tal modo que nestes tipos de instrumento (Cintra; Weller, 2021; Lara; Abreu, 2022; Webel; Gerhards, 2023) podemos considerar fenômenos como: omissões, posicionamentos contraditórios em relação à própria perspectiva individual, reforço de estereótipos por influência grupal, processos implícitos ou explícitos de coerção argumentativa etc. Logo, a dinâmica estabelecida pelos agrupamentos participantes apresenta uma outra possibilidade de observar e refletir sobre os movimentos de alienação, resistência e ressignificação dos processos identitários de inclusão/exclusão.

Na elucidação de cada instrumento, com seus potenciais e fragilidades, foi possível acompanhar realces temáticos e especificidades na construção de dados em vista de cada estudo empreendido. Fundamentar estes recursos metodológicos sobre os pressupostos interseccionais traz o desafio de captar/produzir e estabelecer caracterizações ao que se compreende como uma experiência interseccional.

4.3 A captação da experiência interseccional

O dicionário Michaelis (2024) define o verbo captar como: 1. Incitar a aproximar-se, chamar a si, atrair, conquistar, granjear; 2. Trazer para dentro do âmbito de audição ou visão; e, 3. Ter ideia clara de apreender, compreender, entender. Destas acepções destacamos, sobretudo, um ato de captar que é tanto apreensão/apropriação quanto construção do fenômeno a ser pesquisado. Desse modo, a interseccionalidade é sempre produzida pela forma como cada pesquisador(a) a investiga e se apropria dela, em um “trazer para dentro do âmbito” acadêmico sua escuta e seu olhar sobre algo que não existe *a priori*, mas pode ser concebido/compreendido a partir do encontro com a experiência interseccional compartilhada pelos indivíduos e grupos envolvidos em determinado estudo.

Na revisão integrativa empreendida aqui, nós realçamos usos e potenciais dos instrumentos que foram aplicados para realizar tal captação, seja por meio de relatos, registros de interações ou produção de materiais. Nosso intuito não foi propriamente estabelecer parâmetros de adequação de instrumentos mais eficazes, mas nos questionarmos sobre as possibilidades de captação do que se compreende como experiência interseccional e sobre como esta vem sendo captada por diferentes estudos qualitativos.

A título de contextualização, resgatamos o caráter metodológico discernível a partir de algumas definições de autoras emblemáticas dentro do campo de estudos sobre

interseccionalidade. Para Crenshaw (2002), a interseccionalidade destacaria os efeitos dos sistemas de subordinação e opressão interseccionados, Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como o que nos ajudaria a enxergar a interação entre diferentes avenidas identitárias, e Collins e Bilge (2021) pensam a interseccionalidade como uma estratégia de análise que auxiliaria na compreensão da complexidade intrínseca ao entrecruzamento dos vários marcadores identitários. Depreendemos dessas noções uma experiência interseccional que pode ser captada a partir de três formas complementares, a saber: seus efeitos, sua interação dinâmica e sua complexidade, o que já nos aponta a dimensão da dificuldade metodológica a ser empreendida por qualquer estudo que se proponha a captá-la.

Mas o que seria essa tal experiência interseccional? Até que ponto ela poderia ou não ser passível de apreensão pelos métodos científicos? São questões que apenas iniciamos a problematizar, na esperança de mobilizar estudos subsequentes que ampliem e se debrucem sobre esta imprecisão. Podemos afirmar de imediato que a experiência interseccional se confunde com toda experiência humana? Há alguma experiência que não seja interseccional? Se considerarmos que somos constantemente construídos por marcadores identitários que nos enquadram, atravessam e categorizam – em diferenciações que tentam dar conta daquilo que somos – de fato poderíamos responder que toda experiência é interseccional. Acrescentamos ainda uma outra pergunta mobilizadora nesta celeuma: a experiência é interseccional para quem? Aquele que a vivencia e/ou aquele que tenta captá-la?

Nos estudos selecionados para aprofundamento nesta revisão, observou-se que, para os indivíduos pesquisados, a interseccionalidade foi experienciada, principalmente, em efeitos que se manifestaram como opressão, invisibilidade, exclusão, entre outros, e sobre os quais os marcadores identitários operaram de forma indissociável. Ademais, compreende-se que a demarcação do que era ou não interseccional não partiu dos próprios sujeitos investigados, mas sim dos(as) pesquisadores(as). Destarte, especificamos que ao longo das análises categoriais dos artigos foram identificadas três modalidades de captação da experiência interseccional a partir das pesquisas qualitativas e empíricas selecionadas. Salientamos também que as modalidades não são excludentes e foram utilizadas conjuntamente em vários estudos.

a) Fragmentação

Esta modalidade apareceu como etapa metodológica preliminar de captação em estudos que destacaram a maneira como alguns marcadores identitários incidem sobre a experiência e estão relacionados a determinada situação de opressão. Como

foi apontado nas seções anteriores, houve uma ênfase nos marcadores de raça, classe e gênero e uma circunscrição norteadora de algumas análises interseccionais em função de um marcador colocado em maior evidência. Nesse sentido, grande parte dos artigos trouxeram ênfase para o marcador de raça, de classe ou de gênero, resultando em uma sobreposição destes sob os demais, ou seja, promovendo uma análise individual e não inter-relacionada. Presume-se, desse modo, uma maneira ainda compartimentada ou fragmentada de enxergar as complexidades de cada marcador identitário de forma hierárquica e/ou separadamente (Peixoto, 2023; Cintra; Weller, 2021; Bastos; Eiterer, 2021; Lemos *et al.*, 2022; Salva *et al.*, 2021; Freitas; Santos, 2021; Pereira; Nascimento, 2020).

b) Integração

Esta modalidade também apareceu como etapa metodológica preliminar de captação e foi ilustrada por alguns pesquisadores que se propuseram a desenvolver um retorno à experiência interseccional indissociável, ou seja, promoveu-se a captação da particularidade inapreensível pela demarcação do(s) sujeito(s) em categorias identitárias pré-definidas. O que está em destaque neste tipo de captação é a construção em ato, entre pesquisador e pesquisado, de um exercício de autorreflexão e apropriação da experiência interseccional como identidade narrada, apresentada e/ou produzida, numa espécie de interseccionalidade que jamais poderia ser generalizada ou reproduzida. Trata-se aqui de uma construção conjunta ao longo do processo de captação de um saber co-construído e não sistematizado. Não se pensa, nesta modalidade, em separações ou articulações analíticas entre os marcadores identitários, mas na apropriação pessoal de cada indivíduo de sua própria identidade, de modo que há uma diluição que torna novamente indistinguível o caráter interseccional da experiência. As discussões apresentadas em alguns dos artigos sobre autoaceitação e valorização da própria construção identitária, mesmo em meio à problematização de opressões sistemáticas, caracterizam essa modalidade (Webel; Gerhards, 2023; Freitas *et al.*, 2020; Lara; Abreu, 2022).

c) Articulação

De maneira geral, todos os artigos desenvolveram esta modalidade de captação ao refletirem e problematizarem a interseccionalidade por meio de sobreposições,

dinamismos, interrelações, contradições e ambiguidades entre os marcadores identitários em foco. Nas análises empreendidas pelas pesquisas, buscou-se, principalmente, realçar as seguintes dicotomias: visibilidade/invisibilidade, opressão/resistência, subalternidade/hegemonia, submissão/empoderamento, alienação/conscientização e/ou desposseção/privilégio. Parte-se, assim, de uma experiência interseccional que se dá, especialmente, nos entremeios das articulações em zonas de indefinição e que precisa ser compreendida a partir dos efeitos derivados da complexidade produzida pelos encontros de pelo menos dois marcadores identitários. Nestes encontros, ainda que as situações de opressão tenham sido mais problematizadas, também seria possível “enxergar” e discutir as possibilidades de resistência e empoderamento que se produzem na experiência interseccional, por isso a necessidade de utilizar instrumentos que auxiliem a captação da interseccionalidade em suas multidimensionalidades e dinamismos (Peixoto, 2023; Lara; Abreu, 2022; Cintra; Weller, 2021; Bastos; Eiterer, 2021; Lemos *et al.*, 2022; Salva *et al.*, 2021; Freitas; Santos, 2021; Webel; Gerhards, 2023; Pereira; Nascimento, 2020; Webel; Gerhards, 2023; Freitas *et al.*, 2020).

Em uma argumentação que dialoga com as modalidades descritas, Adriana Piscitelli (2008) se remete, dentro dos estudos sobre interseccionalidade, a uma divisão entre autores que privilegiam uma abordagem sistêmica ou uma construcionista. Enquanto na sistêmica enfatizam-se as influências dos sistemas de opressão/subordinação na formação das identidades, na perspectiva construcionista há destaque às articulações entre diferentes sistemas de poder e uma compreensão das identidades como flexíveis e mutáveis em vista das articulações entre vários marcadores identitários. Dentro dessa lógica, seria possível também apontar a possibilidade de conciliação entre as duas abordagens e considerar tanto aspectos estruturais (em caráter não fixo e não essencialista) quanto dinamismos imprevisíveis e potencialmente transformadores presentes em elementos estruturais e articulatórios.

Retomando a contribuição dos estudos sobre interseccionalidade para refletir acerca da equidade educacional, percebe-se que tanto a experiência interseccional quanto a experiência equitativa dizem respeito à compreensão das construções identitárias, bem como às desigualdades e inequidades atreladas aos diversos marcadores sociais interseccionados. Em suma, podemos afirmar que as metodologias interseccionais que sustentam investigações sobre pautas equitativas estão a serviço de uma educação crítica e transformadora, o que traz para as

pesquisas a potencialidade de construir conhecimentos e práticas que deem fundamento e suporte ao combate às inequidades educacionais.

Dessa forma, faz-se imprescindível que práticas pedagógicas incorporem a abordagem interseccional, tendo em vista a promoção de uma educação equitativa, isto é, uma educação que valorize a diversidade e reconheça as múltiplas opressões que atravessam as identidades dos sujeitos. Ao articular os âmbitos teórico e prático da interseccionalidade, são fornecidas ferramentas que desvelam as dinâmicas de exclusão e propõem táticas que efetivamente ampliam o acesso, permanência e conclusão das etapas referentes ao contexto educacional por parte dos grupos historicamente marginalizados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

5 Considerações finais

A revisão integrativa empreendida buscou apresentar um recorte específico para destacar, principalmente, a utilização metodológica da interseccionalidade em pesquisas voltadas à área da Educação. Observou-se nas análises apresentadas um interesse crescente pela interseccionalidade, bem como a ênfase em estudos sobre raça, classe e gênero como marcadores identitários investigados recorrentemente. Em nossas discussões buscamos contextualizar a forma como a interseccionalidade tem trazido contribuições para a equidade educacional, os principais instrumentos utilizados na captação da experiência interseccional e as diferentes formas como esta experiência vem sendo apreendida por estudos qualitativos e empíricos.

É importante frisar que a construção e conciliação de instrumentos utilizados nesta captação precisam se adequar aos participantes da pesquisa, o que implica em refletir sobre a adequação de determinados instrumentos para algumas faixas etárias, por exemplo, ou ainda, considerando a complexidade da experiência interseccional, fazer uso da triangulação de instrumentos para complementação dos dados construídos, seja por meio do acesso a indivíduos ou grupos.

Como lacuna importante a ser evidenciada, destacamos a ausência de estudos que tenham versado sobre a interseccionalidade a partir dos eixos de privilégio, como: branquitude, heterossexualidade, masculinidades hegemônicas, pessoas em *status* socioeconômicos altos etc., algo que pode ser justificado pela associação inicial dos conceitos de interseccionalidade

aos eixos de opressão/subordinação. Reforçamos ainda que não se trata apenas de uma discussão teórica sobre os eixos de privilégio, mas sim de colocar os indivíduos que os compõem como focos de estudo, a exemplo de pesquisas sobre equidade educacional racial que poderiam também se voltar para investigações sobre a manutenção de privilégios perpetuada por pessoas brancas. Compreendemos, assim, que as desigualdades e inequidades educacionais também são construídas pelas experiências daqueles que atuam na manutenção dos sistemas de opressão de um outro lugar, inclusive como reprodutores de preconceitos, discriminações e exclusões.

Outra lacuna a ser apontada, e que se relaciona à ausência de problematização sobre os eixos de privilégio, é a falta de questionamentos e debates sobre a interseccionalidade dos próprios pesquisadores. Nesse sentido, as relações de poder estabelecidas, implícita ou explicitamente, entre pesquisador e pesquisado também são atravessadas pelos marcadores identitários interseccionados, o que poderia trazer vieses e dificultar ou auxiliar a captação do fenômeno investigado.

Para encerrar provisoriamente a discussão empreendida ao longo de toda revisão, concluímos, portanto, que foi possível ponderar sobre a importância da interseccionalidade em pesquisas sobre equidade na educação e o quanto os ambientes educacionais muitas vezes são reprodutores das desigualdades e injustiças propagadas em determinada sociedade. Constatamos, em vista do exposto, a pertinência em dar continuidade a estudos que investiguem as interfaces entre interseccionalidade e equidade educacional, potencialmente relevantes para a desconstrução de normatividades excludentes e inequidades que atuam na contramão dos parâmetros de qualidade para uma Educação inclusiva e que respeite a diversidade humana.

Agradecimentos

Este estudo contou com financiamento do Ministério da Educação (MEC-Brasil) por meio dos seguintes projetos *Plataforma Inteligente para Acompanhamento Personalizado e Alerta Preventivo de Evasão e Abandono Escolar* (TED #10974) e *Observatório de Equidade Educacional: da Pesquisa à Inovação* (TED #11970).

Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 1. ed. Pólen Livros, 2019.

ALMEIDA, J. Q.; LOFEGO, S. L.; CASTRO, A. A educação como fator de equidade em questões étnico-raciais e de gênero no Brasil. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília**, v. 6, n. 1, p. 37-50, 2020.

AUAD, D.; CORDEIRO, A. L. A. A interseccionalidade nas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior. **EccoS - Revista Científica**, n. 45, p. 191-207, 2018.

BAMBARA, T. C. **The Black Woman: An Anthology**. Washington Square Press, 2005.

BARBOSA, M. Estudo aponta desigualdade racial nas escolas em disciplinas de português e matemática. **Almapreta**, 2024.

BASTOS, L. C.; EITERER, C. L. Educação de jovens e adultos e interseccionalidade: mulheres negras e idosas, trabalhadoras e estudantes. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. 2, p. 443-465, 2021.

BEAL, F. M. Double Jeopardy: To Be Black and Female. **Meridians**, v. 8, n. 2, p. 166-176, 2008.

BORGES, J. M.; PASSOS, D. O. R.; BRITO, J. E. de. Raça, classe e gênero: educação e interseccionalidade pela perspectiva de artigos da ANPED. **Educação em Perspectiva**, v. 12, e021005, p. 1-22, 2021.

BORGES, R. A.; AFONSO, A. J. Para uma crítica pós-colonial/descolonial das relações sociais em contexto acadêmico: vozes de estudantes brasileiras. **Ex æquo**, n. 44, p. 129-143, 2021.

BUENO, W. C.; ANJOS, J. C. Da interseccionalidade à encruzilhada: operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. **Civitas**, v. 21, n. 3, p. 359-369, 2021.

CAMPOS, S. R. L.; BENTO, N. A. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. **D.E.L.T.A.**, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022.

CINTRA, E. D.; WELLER, W. Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo. **Educar em Revista**, v. 37, e76051, 2021.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. Boitempo Editorial, 2021.

CONCEIÇÃO, J. V.; NEVES, C. S. Interseccionalidade e educação antirracista no ensino de português e literatura: considerações para uma proposta de material didático. **Calidoscópio**, v. 18, n. 1, p. 162-183, 2020.

COOPER, A. J. **A Voice From the South**. Mint Editions, 2021.

COSTA, C. L.; ÁVILA, E. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, p. 171-188, 2002.

FARIA, C. R. Gênero, raça e a interseccionalidade nas práticas escolares. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 179-193, dez. 2022.

FORDHAM UNIVERSITY. **Internet Modern History Sourcebook**: Sojourner Truth: "Ain't I a Woman?", December 1851. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp>. Acesso em: 3 jan. 2025.

FREITAS, A. S.; GROSSI, G. L.; MELO, E. C. Educação inclusiva e relações étnico-raciais: uma análise interseccional afrocentrada. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 27, e225428, 2022.

FREITAS, M. C.; SANTOS, L. X. Interseccionalidades e a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, e07896, 2021.

FREITAS, R. C. S.; CARVALHO, M. S.; GONÇALVES, R. M. Violência de gênero: o caso da Universidade Federal Fluminense. **Argumentum**, v. 12, n. 3, p. 102-116, 2020.

GOMES, N. L. Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 44, e275110, 2023.

GOULART, V. P.; NARDI, H. C. Vidas inimigas, necropolítica e interseccionalidade: da exclusão na educação ao suicídio/assassinato de pessoas trans. **Revista entreideias**, v. 11, n. 1, p. 15-38, 2022.

HILÁRIO, R. A.; SANTOS, V. S. Interseccionalidade, educação e representatividade: o impacto de raça e gênero no percurso acadêmico. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 7, n. 3, p. 1610-1632, 2021.

HOOKS, B. Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade. 2. ed. **WMF Martins Fontes**, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres. **Estatísticas Sociais**, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. **Estatísticas Sociais**, 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Estatísticas Sociais**, 2024.

LARA, C. C.; ABREU, G. S. Interseccionalidade em debate no ensino médio: ações extensionistas para tomada de consciência de raça, classe e gênero nas ciências e cultura. **Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense- IFC**, v. 10, n. 18, p. 144-157, 2022.

LAWRENCE, D. Outdoor Campus Recreation, Well-Being, and the Intersectionality of Constraints. **Journal of Outdoor Recreation, Education, and Leadership**, v. 13, n. 4, p. 54-59, 2021.

LEMO, V.; PERAZZO, P. F.; OLIVEIRA, R. N. G. de. Educação e trabalho de mulheres negras: histórias de vida na interseccionalidade entre gênero e raça. **História Oral**, v. 25, n. 1, p. 93-113, 2022.

LIMA, B. S.; BRAGA, M. L. S.; TAVARES, I. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Gênero**, 2015.

MEIRA, M. Igualdade, Diferença e Conhecimento: o que pode uma base curricular comum em meio à “tensão” entre direitos? **Pro-Posições**, v. 33, n. e20200012, p. 01-28, 2022.

MICHAELIS ON-LINE. **Captar**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/1Pao/captar/>. Acesso em: 29 dez. 2024.

MUNANGA, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, v. 36 n. 105, p. 117-129, 2022.

OLINDA, S. R. Letramento racial e pedagogia engajada: leitura de bell hooks e formação docente. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 9, n. 2, p. 487-500, 2023.

OLIVEIRA, A. C. A. Lélia Gonzalez e o pensamento interseccional: uma reflexão sobre o mito da democracia racial no Brasil. **Revista Interterritórios**, v. 6, n. 10, p. 90-104, 2020.

OLIVEIRA, L. C. O racismo na sala de aula: uma intervenção com professoras da RME/BH. **Universidade Federal de Minas Gerais**, 2012.

PEIXOTO, A. C. O. “Quem vai querer saber da minha história?”: refletindo sobre decolonialidade com adolescentes na socioeducação em internação a luz de estudos raciais. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 29, n. 2, p. 94-113, 2023.

PEREIRA, S. S.; NASCIMENTO, I. S. Literatura infantil com personagens negras: narrativas descolonizadoras para novas construções identitárias e de mundo. **Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 2, p. 481-497, 2020.

PERES, D. A.; TOLEDO, V. D.; SANTOS, R. dos S. A interseccionalidade na educação escolar indígena e o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Arandu Renda de Itaipulândia-PR. **Revista de Educação Pública**, v. 32, p. 68-86, 2023.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-264, 2008.

PIZZINATO, A.; HERNANDEZ, A. R. C.; SEIXAS, C.; MACHADO, F. V. Teorias e análises interseccionais no enfrentamento político de desigualdades e opressões. **Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 257-261, 2020.

RIVER, C. C. Manifesto do Coletivo Combahee River. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, v. 26, n. 1, p.197-207, 2019 [1997].

ROBERT, S. A.; YU, M; SAUERBRONN, F.; ÖZKAZANÇ-PAN, B. Starting a dialogue in difficult times: Intersectionality and education work. **Gender Work Organ**, v. 30, p. 628-637, 2023.

RODRIGUES, A.; BORGES, L. P. C.; RIBEIRO, T. Currículos, interseccionalidades e práticas antirracistas em educação. **Revista Espaço do Currículo (online)**, v. 15, n. 1, p. 1-10, 2022.

SALVA, S.; SCHUTZ, L. W.; MATTOS, R. S. Decolonialidade e interseccionalidade: Perspectivas para Pensar a Infância. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n. 1, p. 161-177, 2021.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. A interseccionalidade na produção científica brasileira. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, e-3252, 2020.

SOUSA, M. A.; POSSAS, L. M. V. Uma proposta de interseccionalidade entre gênero e raça para a educação básica. **REHR**, v. 14, n. 28, p. 303-327, 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p.102-106, 2010.

SPRINGER, K. **Living for the Revolution: Black Feminist Organizations, 1968-1980**. Duke University Press Books, 2005.

VÁZQUEZ, R. La Interseccionalidad como Herramienta de Análisis del Fracaso Escolar y del Abandono Educativo: Claves para la Equidad. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**, v. 9, n. 2, p. 267-283, 2020.

WEBEL, M.; GERHARDS, S. M. “Discrimination is always intersectional” – understanding structural racism and teaching intersectionality in medical education in Germany. **BMC Medical Education**, v. 23, p. 01-11, 2023.

WRIGHT-MAIR, R. The Costs of Staying: Experiences of Racially Minoritized LGBTQ+ Faculty in the Field of Higher Education. **Innovative Higher Education**, v. 48, p. 329-350, 2022.

Enviado em: 06/01/2025

Revisado em: 30/04/2025

Aprovado em: 06/05/2025